

JUCESP

23 03 18

## ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

02

GTCI GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA ME

**ALAN LOPES MARQUES**, brasileiro, natural de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, nascido em 05/05/1988, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do documento de identidade RG nº 44.098.412-9 SSP/SP e do CPF nº 369.179.208-19, residente e domiciliado à Rua Benedicta Rodrigues Domingues nº 889, Bloco 12, apto 14, Bairro Parque Industrial Lagoinha, CEP 14095-050, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, **FELIPE BALLONI FERREIRA**, brasileiro, natural de Limeira, Estado de São Paulo, nascido em 09/12/1976, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do documento de identidade RG nº 27.970.554-2 SSP/SP e do CPF nº 260.931.778-66, residente e domiciliado à Rua Regina Áurea Barroso Reis nº 126, apto. 12, Bairro Residencial Greenville, CEP 14098-358, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, únicos sócios componentes da sociedade empresária do tipo limitada, que gira nesta praça de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo à Rua Regina Áurea Barroso Reis nº 126, apto. 12, Bairro Residencial Greenville, CEP 14098-358, sob a denominação social de "**GTCI GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA - ME**", conforme contrato social registrado sob o nº 35230735036 em 26.09.2017, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 28.727.057/0001-06, tem entre si, justos e contratados, a presente alteração de contrato social e, ainda consolidar em um só instrumento todas as disposições contratuais, de acordo com o que estabelecem as cláusulas e condições seguintes:

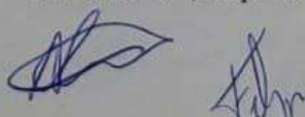
### 1) DA RETIRADA DE SÓCIO

Retira-se da sociedade, por livre e espontânea vontade o sócio **FELIPE BALLONI FERREIRA**, que transfere o total de suas quotas, ou seja, 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para o sócio remanescente **ALAN LOPES MARQUES**, o qual efetua o pagamento das quotas adquiridas, neste ato em moeda corrente do país, dando e recebendo assim, o sócio retirante, plena, geral e irrevogável quitação de todos os direitos e obrigações que possuía na sociedade.

**PARAGRAFO ÚNICO** – Nos termos do artigo 1033, IV da Lei 10.406/02, a sociedade permanecerá unipessoal, devendo recompor seu quadro societário dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob a pena de dissolução.

### 2) DO CAPITAL SOCIAL

Em virtude da admissão e retirada de sócios com transferência de quotas acima verificada, o capital da sociedade que é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente



JUCESP  
23 03 18

integralizado em moeda corrente do país, fica distribuído entre os sócios, na seguinte proporção:

ALAN LOPES MARQUES .....50.000qts.....R\$ 50.000,00  
TOTAL.....R\$ 50.000,00

### 3) DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo sócio **ALAN LOPES MARQUES**, acima qualificado, tendo o mesmo, os mais amplos e gerais poderes, podendo representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da sociedade, abrir e encerrar contas bancárias, efetuar saques e movimentações bancárias, assinar, enfim, todos os papéis de interesse social, inclusive cheques e escrituras, autorizado o uso da denominação social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

### 4) DA RETIRADA DE PRO LABORE

Os sócios terão direito a uma retirada mensal, a título de "pro labore", que será levada a débito da conta de despesas gerais da sociedade, cujos níveis deverão ser fixados de comum acordo entre os sócios, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

### 5) DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

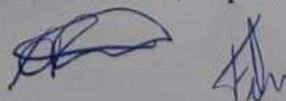
O sócio administrador declara, sob as penas das leis, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

### 6) DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE SOCIAL

A sociedade passa a ter sua sede instalada à Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado nº 870, Conjunto Comercial 702, CEP 14027-250, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional, com ou sem capitais autônomos para os devidos fins.

### 7) DA ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL

Fica alterado o objeto social para Comércio varejista de equipamentos para informática (multifuncionais, impressoras, copiadoras, servidores, desktops, thin clientes e afins);





aluguel de computadores e equipamentos periféricos. Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas e equipamentos de informática e comunicação; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e reparação e manutenção de computadores e equipamentos periféricos; treinamento em informática, locação de software.

## CONSOLIDAÇÃO

### I - DO TIPO DE SOCIEDADE

A sociedade é empresária do tipo limitada, rege-se pelas cláusulas deste instrumento e nos casos omissos, pelos preceitos do Novo Código Civil de que trata a lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

### II- DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a Denominação social de "GTCI GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA - ME".

### III - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem como objetivo a exploração do ramo de Comércio varejista de equipamentos para informática (multifuncionais, impressoras, copiadoras, servidores, desktops, thin clientes e afins); aluguel de computadores e equipamentos periféricos. Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas e equipamentos de informática e comunicação; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e reparação e manutenção de computadores e equipamentos periféricos; treinamento em informática, locação de software.

### IV - DA SEDE SOCIAL

A sociedade tem sua sede instalada Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado nº 870, Conjunto Comercial 702, CEP 14027-250, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, podendo, entretanto, abrir e fechar filiais em qualquer parte do território nacional, com ou sem capitais autônomos para os devidos fins.

### V - DO CAPITAL SOCIAL

A sociedade tem o capital de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente do país, dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas do valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma e, distribuído entre os mesmos, na seguinte proporção:

ALAN LOPES MARQUES .....	50.000qts.....	R\$ 50.000,00
TOTAL.....		R\$ 50.000,00



A responsabilidade de cada sócio é, restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, em atenção ao artigo 1054 concomitantemente com o artigo 997, VIII, do Código Civil – Lei 10406.

A nenhum dos sócios é permitido vender, ceder, transferir ou alienar, sob qualquer título, as quotas de capital que possuir na sociedade, sem o consentimento, por escrito do outro sócio, que terá sempre preferência na sua aquisição, em igualdade de condições.

## VI - DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade tem sua duração por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer época, uma vez observada a legislação em vigor, considerando-se o seu início de atividades a partir da data de registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

## VII - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida isoladamente pelo sócio **ALAN LOPES MARQUES**, acima qualificado, tendo o mesmo, os mesmos os mais amplos e gerais poderes, podendo representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da sociedade, abrir e encerrar contas bancárias, efetuar saques e movimentações bancárias, assinar, enfim, todos os papéis de interesse social, inclusive cheques e escrituras, autorizado o uso da denominação social, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis pertencentes ao ativo imobilizado da sociedade, sem autorização do outro sócio.

A administração da sociedade poderá também, ser exercida por administradores não sócios, especialmente contratados, cuja designação dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização, nos termos do artigo 1061 do Código Civil.

O administrador designado em separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse do Livro de Atas de Administração, nos trinta dias seguintes à designação, sob pena de esta se tornar sem efeito.

Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o resultado econômico.





JUL 2018

23 03 18

## VIII - DA RETIRADA DO PRO-LABORE

Os sócios poderão ter direito a uma retirada mensal a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

## IX - DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS

Ao término de cada exercício social, em trinta e um de dezembro de cada ano, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício, feitas as necessárias amortizações e provisões. O saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar.

Parág. 1º - Fica convencionado que a sociedade poderá levantar balanços intercalares com a finalidade de atender disposições legais e de distribuir lucros ou atribuir prejuízos aos sócios.

Parág. 2º - A distribuição dos resultados poderá ser feita mensalmente, por conta do lucro que for apurado em balanço definitivo levantado em 31 de dezembro de cada ano. Em cada distribuição de resultados cada sócio receberá a participação que lhe couber na proporção das quotas possuídas na sociedade em relação aos recebimentos ocorridos, deduzidas as despesas em que a sociedade incorrer no período. Os resultados poderão ser distribuídos desproporcionalmente em relação à participação societária de cada sócio, não se excluindo de citada distribuição nenhum dos sócios participantes, independentemente da quantidade de quotas de capital social subscritas por cada um. Não havendo consenso, a distribuição dos resultados será feita conforme a participação de cada sócio no capital social.

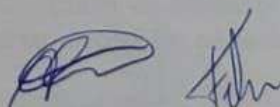
Parág. 3º - Dispensam-se as formalidades de publicação do balanço patrimonial quando ambos os quotistas comparecerem na reunião ou declararem, por escrito, estarem cientes das contas da sociedade.

Parág. 4º - Convenciona-se entre os quotistas que a sociedade não terá conselho fiscal.

## X - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:

- a) Aprovação das contas da administração;
- b) A designação dos administradores, não sócios, quando feita em ato separado;
- c) A destituição dos administradores;
- d) O modo de sua remuneração, quando ou não estabelecido no contrato;
- e) A modificação do contrato social;



- f) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou na cessação do estado de liquidação;
- g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) O pedido de falência, e o de recuperação judicial ou extrajudicial;
- i) Deliberação sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico.

Ressalvado o disposto no artigo 1061 do Código Civil, onde a designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização, e ressalvado o disposto no par. Primeiro do artigo 1063 do Código Civil, onde a destituição do sócio nomeado administrador, somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a dois terços do capital; as deliberações serão tomadas:

i - pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras "e" e "f";

ii - pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nas letras "b", "c", "d" e "h";

iii - pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato social ou na lei.

Parágrafo único - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da Lei vinculam ambos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

## XI - DAS REUNIÕES

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores.

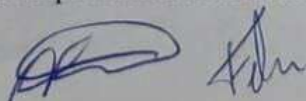
Parág.: 1º - As convocações das reuniões dos sócios se farão por meio de carta registrada, telegrama ou por qualquer outro meio ou forma, desde que comprove o envio, o teor e o recebimento da convocação. Caso não seja possível tal comprovação, as convocações seguirão as formalidades previstas no parágrafo terceiro do artigo 1152 do Código Civil.

Parág.: 2º - A reunião torna-se dispensável quando ambos os sócios decidirem, por escrito, sobre matéria que seria objeto dela, conforme parágrafo terceiro do artigo 1072.

Parág.: 3º - Ficam dispensadas as formalidades previstas nos artigos 1074, 1075, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do artigo 1078, e parágrafo 3º do artigo 1152, todos do Código Civil para a realização da reunião anual de quotistas.

## XII - DO FALECIMENTO, DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

Dando-se o falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, ficando o sócio sobrevivente, obrigado a levantar um Balanço Geral da sociedade, dentro de 30 (trinta) dias após o falecimento e pagar aos herdeiros do sócio falecido ou ao seu representante legal, os haveres apurados. Poderá, ainda, o sócio sobrevivente, caso não haja conveniência e mediante o cumprimento das formalidades legais, admitir na sociedade, os herdeiros do sócio falecido, que designarão entre si, um dos membros para representá-los na sociedade.





Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar ao outro sócio, por escrito com prazo mínimo de sessenta dias, garantindo ao sócio remanescente o direito de preferência na aquisição das mesmas. Caso o sócio remanescente não usar do direito de preferência, no prazo de sessenta dias após o recebimento do aviso, tem o sócio cedente a liberdade de transferir as suas quotas a terceiros.

Pode, o sócio, ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parág. 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parág. 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou aquele cujas quotas tenham em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos doze parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira em trinta dias após a apuração do valor, podendo também o sócio remanescente suprir o valor das quotas.

A retirada, morte ou exclusão de sócio, não exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade, conforme previsto no parágrafo único do artigo 1003 do Código Civil.

### **XIII - DAS DIVERGÊNCIAS SOCIAIS**

As divergências que se verificarem entre os sócios, inclusive no caso de falecimento de um deles, entre seus herdeiros e o remanescente, serão resolvidas no foro desta Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, o qual torna-se eleito, também para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

### **XIV - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O sócio administrador declara, sob as penas das leis, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

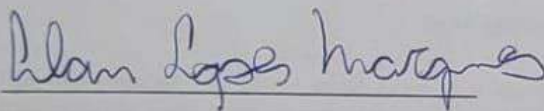


**XV - DO FORO**

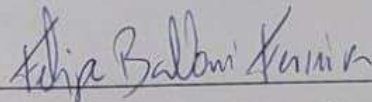
Fica eleito o foro de Ribeirão Preto-S<sup>to</sup> para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E assim por estarem justos e contratados, obrigam-se livremente, a cumprir o presente instrumento de CONTRATO SOCIAL, lavrando em 03 (três) vias de igual teor.

Ribeirão Preto, 24 de janeiro de 2018.



**ALAN LOPES MARQUES**



**FELIPE BALLONI FERREIRA**

